

Um ensaio sobre os aspectos teóricos e metodológicos da economia da pobreza

Ricardo Agostini Martini¹

Resumo: A pobreza, na economia do bem-estar, é entendida como uma situação de privação de bens. Por um lado, ela pode ser entendida de maneira inteiramente relacionada com a privação de renda. Essa abordagem tem a vantagem de permitir uma mensuração de acordo com critérios já estabelecidos na pesquisa, pela definição de linhas de pobreza que indicam o nível mínimo de renda para que os indivíduos possam satisfazer suas necessidades básicas. Contudo, a definição dessas necessidades sempre envolve algum grau de subjetividade, além de elas poderem variar substancialmente entre diferentes sociedades. Assim, mais recentemente, desenvolveu-se uma abordagem multidimensional para tratar da pobreza. Nessa visão, o bem-estar é associado à aquisição de capacidades, que se referem a uma multidimensionalidade de fatores para que os indivíduos atinjam suas necessidades. Todavia, sua mensuração envolve a definição de indicadores complexos, ainda não totalmente consensuais pela bibliografia. O presente ensaio procura identificar as contribuições, vantagens e limitações de cada uma dessas vertentes teóricas e metodológicas.

Palavras-chave: Pobreza. Bem-Estar. Capacidades.

An essay on theoretical and methodological aspects of poverty economics

Abstract: Poverty, in welfare economics, is understood as a situation of privation of goods. In one hand, poverty can be understood in a way entirely related with the income privation. This approach has the advantage to allow a mensuration based in well established ways for researchers, for the definition of poverty lines that indicate the minimum level of income so that the individuals can satisfy their basic necessities. However, the definition of these necessities always involves some degree of subjectivity, beyond that they can vary substantially between different societies. Thus, more recently a multidimensional approach was developed to deal with the poverty. In this vision, welfare is associated with the acquisition of capacities, which is concerned to a multidimensionality of factors related to well-being, so that the individuals reach their necessities. However, its mensuration involves the definition of complex pointers, which are not totally consensual for the bibliography yet. The present essay aims to identify the contributions, advantages and limitations of each one of these theoretical and methodological sources.

Key Words: Poverty. Well-being. Capabilities

Classificação JEL: I30, I32, O12

Introdução

Um dos pontos mais interessantes, e também mais controversos, da pesquisa em economia se refere ao desenvolvimento socioeconômico, entendido como o estudo dos determinantes da

¹ Economista do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). É mestre em Economia pelo CEDEPLAR-UFMG. E-mail: ricardoamartini@gmail.com. O autor agradece as contribuições da Profa. Dra. Ana Maria Hermeto de Oliveira (CEDEPLAR-UFMG) e da Profa. Dra. Ana Flávia Machado (CEDEPLAR-UFMG) para a elaboração do presente trabalho.

evolução do bem-estar de populações. Até meados dos anos 1970, essa área era dominada por estudos que privilegiavam o papel do crescimento econômico, assim como de seus determinantes mais qualitativos, para a elevação do padrão de vida das pessoas. Contudo, a relação direta entre essas duas variáveis foi posta em cheque por estudos empíricos a partir dessa década, o que abriu espaço para discussões mais focadas na raiz do bem-estar individual, isto é, a redução da pobreza.

A pobreza, na economia do bem-estar, é entendida como uma situação de privação de bens, sejam materiais, sejam sociais, ou mesmo de acesso a recursos. Por um lado, a pobreza pode ser entendida de maneira absoluta, isto é, considera-se pobre o indivíduo que não atinge um mínimo de renda, ou um mínimo de consumo associado às necessidades humanas fundamentais. Essa abordagem tem a vantagem de permitir uma mensuração de acordo com um critério relativamente homogêneo entre as pesquisas, a definição de uma linha de pobreza, abaixo da qual os indivíduos são considerados pobres. Contudo, a definição de necessidades humanas básicas sempre tem algum grau de subjetividade, seja por parte de quem a define para os estudos empíricos, seja social, no sentido de que cada sociedade assume suas próprias necessidades básicas para seus integrantes.

Por isso, mais recentemente, desenvolveu-se uma abordagem multidimensional para tratar da pobreza, a partir dos trabalhos de Amartya Sen (1973, 1979, 1983, 1992, 1999). Segundo esse autor, a pobreza tem, ao mesmo tempo, uma natureza relativa, já que a posse de bens necessários para superar uma percepção de privação difere entre as sociedades, e absoluta, já que o sentimento de privação é visto como um mal absoluto. Assim, nessa visão, o bem-estar é associado à aquisição, pelos indivíduos, de capacidades para satisfazer suas necessidades, sendo que essas capacidades referem-se a uma multidimensionalidade de fatores relacionados ao bem-estar. Todavia, sua mensuração envolve a definição de indicadores com ponderações complexas, ainda não totalmente consensuais pela bibliografia.

Nesse sentido, o presente estudo faz um ensaio bibliográfico sobre as discussões teóricas, metodológicas e empíricas sobre a Economia do Bem-Estar Social, particularmente focando a questão da pobreza. O ensaio focalizará duas abordagens fundamentais de tratamento e de mensuração dessa problemática, isto é, o método da pobreza como privação de renda, e o método da pobreza multidimensional, procurando identificar as contribuições, vantagens e limitações de cada uma dessas vertentes teóricas e metodológicas.

1. Conceituação de pobreza

1.1. Pobreza como privação

O fenômeno da pobreza acompanha a humanidade desde os seus primórdios. Contudo, a sua interpretação científica e intelectual variou muito no decorrer da História. De um modo geral, as abordagens da pobreza são derivadas de um conceito mais amplo de desenvolvimento, isto é, de bem-estar social. Assim, dado um critério de bem-estar, o estudo da pobreza significa analisar a parte inferior da sua distribuição. A interpretação tradicional desse problema, que vigorou até meados do século XIX, é a de que a pobreza seria uma condição natural e inevitável para a maior parte da humanidade, e só seria considerada um problema social quando a população mais pobre tornava-se inconformada com sua situação e ameaçasse a ordem vigente (SCHWARTZMAN, 2007). A preocupação com o fenômeno se intensificou no início do século XIX, com o desenvolvimento da Revolução Industrial na Europa Ocidental, a qual provocou profundas transformações na estrutura social até então encontrada, principalmente pelo crescimento demográfico e pela urbanização.

Até o final do século XIX, a discussão nos círculos acadêmicos sobre as causas da pobreza se tratava sobre se esse fenômeno decorreria de questões morais, tais como a falta de atitudes de responsabilidade e de ética individual por parte da população mais pobre, ou se decorreria de questões estruturais, isto é, se o desenvolvimento econômico, pelo menos da maneira pela qual até então se manifestava, não seria capaz de melhorar a situação de todas as pessoas (CASTEL, 1998).

Após a crise de 1929, o bem-estar social passou a ser interpretado de acordo com as condições do mercado de trabalho de cada economia. Assim, as políticas voltadas para o combate à pobreza consistiriam fundamentalmente em políticas macroeconômicas expansionistas, buscando o crescimento econômico e o pleno emprego da força de trabalho, mantendo-se a demanda por trabalhadores aquecida. Esperava-se que, com o fim do desemprego, toda a população apta ao trabalho seria capaz de obter renda suficiente para satisfazer as necessidades de suas famílias. Assim, até meados da década de setenta, o desenvolvimento socioeconômico era associado meramente com questões relacionadas ao crescimento econômico, explicado por fatores como a produtividade do trabalho, a industrialização e o progresso tecnológico de países e regiões.

Contudo, as evidências empíricas mostraram que a relação entre o crescimento e o desenvolvimento não é estável: muitos países pobres passaram por períodos de crescimento econômico acelerado, mas mantiveram grandes parcelas de sua população vivendo em condições de penúria. Por outro lado, muitos países ricos obtiveram altos níveis de padrão de vida para a média de sua população, mas mantiveram alguns focos de pobreza localizados. Portanto, a partir desse período, a preocupação com a pobreza vista como um problema econômico tornou-se central nos estudos sobre o desenvolvimento socioeconômico.

Em termos econômicos, a pobreza é conceituada como uma situação de privação, que pode ser em termos materiais, sociais, culturais, ou de acesso a determinados recursos. Além disso, a pobreza pode ser caracterizada como de natureza absoluta, relativa ou subjetiva. Desse modo, a identificação da pobreza depende muito do critério de definição e mensuração adotado. Segundo Rocha (2003):

Pobreza é um fenômeno complexo, podendo ser definido de forma genérica como a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada. Para operacionalizar essa noção ampla e vaga, é essencial especificar que necessidades são essas e qual nível de atendimento pode ser considerado adequado. A definição relevante depende basicamente do padrão de vida e da forma como as diferentes necessidades são atendidas em determinado contexto socioeconômico. Em última instância, ser pobre significa não dispor dos meios para operar adequadamente no grupo social em que se vive (ROCHA, 2003, p. 9-10).

1.2. Pobreza Absoluta, Relativa e Subjetiva

De acordo com Hagenars; De Vos (1988), as definições de pobreza podem ser agrupadas em três categorias. Em primeiro lugar, a noção de pobreza absoluta, segundo a qual ser pobre é ter menos do que um padrão mínimo, objetivamente definido em termos de consumo, relacionado diretamente com questões de sobrevivência física. Em segundo lugar, a noção de pobreza relativa, segundo a qual ser pobre significa ter menos posses do que os outros membros da sociedade, de modo que essa privação afeta questões de convívio social, pois depende fundamentalmente do modo de vida da sociedade. Em terceiro lugar, a noção de pobreza subjetiva, segundo a qual cada indivíduo pode autodenominar-se pobre, se sentir que não tem o suficiente para satisfazer as suas necessidades.

Em relação à pobreza absoluta, Codes (2008) distingue duas abordagens teóricas. Em primeiro lugar, a tradicional abordagem da subsistência, segundo a qual é considerada pobre uma família com renda inferior ao necessário para a sua manutenção física, particularmente em relação à alimentação². As políticas implícitas nessa concepção de pobreza baseavam-se, em um primeiro momento, na caridade – pública, privada e religiosa – para que as famílias pobres pudessem comprar comida, e, a partir da década de 1930, na adoção de políticas macroeconômicas destinadas ao pleno emprego, de acordo com o princípio keynesiano da demanda efetiva.

² Os primeiros estudos empíricos sobre a pobreza foram realizados na Inglaterra, no final do século XIX, e consideravam pobres as famílias que não tinham renda para comprar um mínimo de calorias alimentícias, definido por nutricionistas especializados, como necessárias para atingir as necessidades humanas.

As críticas direcionadas a essa abordagem podem ser sintetizadas em dois tipos. Primeiro, mesmo as necessidades mais básicas de alimentação de uma população são socialmente relativas, isto é, não valem para todo lugar e todo período histórico. Segundo, as necessidades humanas não são apenas físicas, já que os seres humanos são seres racionais e sociais (TOWNSEND, 1993).

Em segundo lugar, a abordagem das necessidades básicas (*basic needs*), que se popularizou no final da década de setenta como uma extensão da concepção de subsistência. Segundo essa concepção, as necessidades humanas podem ser classificadas em dois grupos de elementos. Primeiro, as necessidades do consumo privado, isto é, individual para cada família, consistindo, resumidamente, em necessidades de alimentação, vestuário e residência. Segundo, as necessidades referentes a serviços essenciais, que têm um caráter, ao mesmo tempo, individual, para as famílias, e coletivo, para as comunidades de famílias; consistem em serviços de saneamento básico, acesso à água potável, instituições de saúde e de Educação, entre outros (ROCHA, 2003). Essas necessidades básicas foram concebidas como sendo de caráter universal para a humanidade, válidas para todas as sociedades, mesmo de diferentes culturas. Além disso, elas foram construídas de modo que possam ser satisfeitas sob um contexto puramente econômico, isto é, podem ser quantificadas monetariamente, e progressivamente saciadas conforme o crescimento da renda agregada de cada economia.

Todavia, a concepção de pobreza como não-satisfação de necessidades básicas não escapa da relatividade social e cultural, mesmo quando há um consenso na definição dessas necessidades, uma vez que a distribuição e a estrutura dos recursos destinados a sua satisfação variam regional e internacionalmente. A satisfação de qualquer estrutura de necessidades não é independente de seu contexto (TOWNSEND, 1993). Além disso, essa abordagem de necessidades básicas, por basear-se em medidas agregadas de renda e de consumo, tem uma limitada capacidade de explicar as condições de vida de grupos específicos de cidadãos em uma economia, tais como as mulheres, grupos étnicos minoritários, migrantes, idosos, entre outros. Assim, Codes (2008) conclui que essa abordagem explica a pobreza em uma sociedade, mas não a estrutura da pobreza dentro dessa sociedade.

A literatura, conforme sintetizado por Kageyama e Hoffmann (2006), aponta uma série de diferentes definições de pobreza. No que diz respeito à noção de pobreza absoluta, são apontados cinco definições. Primeiro, pelo critério das *basic needs*, é calculada uma linha de pobreza para uma sociedade com base nos gastos com necessidades básicas previamente definidas, e são consideradas pobres as famílias cujas dotações de recursos lhes permita níveis de consumo abaixo dessa linha. Segundo, de acordo com a Lei de Engel, são consideradas pobres as famílias que destinam uma proporção considerada elevada de seu orçamento destinada a gastos com alimentação (como, por exemplo, de um terço). Terceiro, pelo critério dos custos fixos, são consideradas pobres as famílias que apresentam uma alta razão entre os seus gastos que não podem ser cortados (como os destinados à alimentação, moradia e transporte) e sua renda total. Quarto, pelo critério do endividamento, são consideradas pobres as famílias que apresentam uma alta razão de gastos totais sobre sua renda, de modo que tenham dificuldades em manter um padrão de consumo estável com seus recursos. Quinto, por fim, a definição de uma linha de pobreza calculada pela renda mínima oficial, segundo a qual são descontadas as transferências governamentais e de assistência social da renda de cada família para a comparação com essa linha.

No que diz respeito à pobreza relativa, sua definição é muito próxima à sua natureza: pode ser considerada pobre a família que apresenta privação a um determinado conjunto de bens cuja posse é comum de acordo com o padrão de vida de sua sociedade. Assim, a pobreza é definida de acordo com contextos sociais específicos, considerando-se os padrões de vida e a satisfação de necessidades dependem de cada realidade socioeconômica estudada. Segundo Codes (2008), nessa concepção, ser pobre equivale a não dispor de condições para agir de modo satisfatório na sua sociedade:

Mais precisamente, dentro da concepção de privação relativa, as pessoas pobres são aquelas que não podem obter, de todo ou suficientemente, recursos e condições de vida (alimentação adequada, conforto e serviços) que lhes permitam desempenhar papéis,

participar de relacionamentos e seguir o comportamento que lhes é esperado enquanto membros da sociedade. Deve-se salientar que as privações podem ocorrer em quaisquer ou todas as esferas da vida: no trabalho, domínio que provê os recursos determinantes para que os indivíduos se posicionem em outras dimensões da vida; no lar, na vizinhança e na família; enfim, em uma diversidade de atividades sociais e individuais em que diversos papéis sociais são desempenhados (CODES, 2008, p. 15).

De acordo com Lavinias (2002), o conceito de pobreza relativa identifica a posição social do pobre frente ao padrão médio da população. Isso introduz o conceito de intensidade da pobreza, de modo que os considerados mais pobres são os mais distantes do padrão de consumo de sua sociedade.

As definições sobre pobreza absoluta e relativa até aqui apresentadas passíveis de três fontes de críticas. Em primeiro lugar, ao associar o bem-estar à posse de bens, elas não lidam com a diversidade da individualidade humana, isto é, não levam em conta as características pessoais e o *background* socioeconômico de cada indivíduo, o que não permite a realização de comparações nesse ponto de vista. Em segundo lugar, esses conceitos não incluem como fonte de bem-estar a capacidade individual de fazer escolhas, e tomar decisões referentes à vida. Assim, a questão da liberdade é excluída da discussão sobre o bem-estar. Por fim, como destaca Gunnar Myrdal, tais concepções sobre a pobreza tendem a ser etnocentristas, isto é, as necessidades humanas levantadas como básicas são viesadas de acordo com o pensamento ocidental predominante. Segundo o autor (1968),

Our main point that while in the Western world an analysis in 'economic' terms – markets and prices, employment and unemployment, consumption and savings, investment and output – that abstracts from modes and levels of living and from attitudes, institutions, and culture may make sense and lead to valid inferences, an analogous procedure plainly does not in underdeveloped countries. There one cannot make such abstractions; a realistic analysis must deal with the problems in terms that are attitudinal and institutional and take into account the very low levels of living and culture (GUNNAR MYRDAL, 1968, p. 265).

Já no que diz respeito à pobreza subjetiva, há três definições presentes nos estudos. Em primeiro lugar, podem-se considerar pobres os indivíduos que afirmam que possuem menos recursos do que o suficiente para cobrir suas necessidades básicas. Em segundo lugar, pode-se conciliar essa noção com o princípio das *basic needs*, de modo que a pobreza é observada pela pesquisa a respeito de quais são as necessidades básicas de cada família da população, e pela comparação entre os gastos necessários para satisfazê-las com a renda real disponível de cada família. Por fim, pode-se conciliar essa noção com o conceito de pobreza relativa. Nesse caso, ser pobre é entendido como ter um sentimento individual de possuir menos que o necessário para cumprir os compromissos sociais vigentes, em termos familiares, culturais e de posição social e profissional que cada indivíduo apresenta.

Autores como Lavinias (2002) e Costa; Carneiro (2004) associam a noção de pobreza subjetiva com a uma situação de exclusão social. De acordo com Lavinias (2002), a exclusão social é causada por um empobrecimento sob o ponto de vista das relações sociais e das redes de solidariedade entre as pessoas. Segundo a autora (2002),

Ao contrário da pobreza absoluta, que se sustenta em critérios objetivos, tais como falta de renda, falta de moradia, falta de capital humano, falar de exclusão implica considerar também aspectos subjetivos, que mobilizam sentimentos de rejeição, perda de identidade, falência dos laços comunitários e sociais, resultando numa retração das redes de sociabilidade, com quebra dos mecanismos de solidariedade e reciprocidade. A exclusão aparece menos como um estado de carência do que como um percurso, uma trajetória ao longo da qual, à insuficiência da renda e à falta de recursos diversos somam-se desvantagens acumuladas de forma quase constante, processos de dessocialização ocasionados por rupturas, situações de desvalorização social advindas da perda de status social [...] e da redução drástica das oportunidades, e onde as chances de ressocialização tendem a ser decrescentes (LAVINAS, 2002, p. 37).

Esse conceito subjetivo do bem-estar envolve três dimensões da pobreza (COSTA; CARNEIRO, 2004). Em primeiro lugar, oferece uma abordagem dinâmica desse fenômeno, baseada em processos, e não em situações específicas. Em segundo lugar, focaliza grupos e não indivíduos independentes. Terceiro, aborda as interações entre os diferentes conceitos de privação, e não seus aspectos isolados, de modo que se considera que os diversos vetores de privação são sejam independentes, mas se reforçam mutuamente.

A exclusão social engloba os aspectos menos tangíveis da situação de privação, tais como o conjunto de atitudes, valores e condutas dos setores mais pobres da população. Assim, considera-se que a população excluída apresenta baixas expectativas sobre suas condições de vida presentes e futuras, assim como sentimentos de baixa auto-estima, de conformismo e de passividade com sua situação. Essas atitudes acabam por limitar a capacidade de ação dessas pessoas no intuito de melhorar suas condições. De acordo com Costa e Carneiro (2004, p. 6), “a exclusão consiste na impossibilidade ou dificuldade intensa de ter acesso aos mecanismos de desenvolvimento pessoal e à inserção sócio comunitária e a sistemas pré-estabelecidos de proteção”.

Deve-se ter em mente que os critérios, naturezas e definições de pobreza são dinâmicos, isto é, variam no tempo e no espaço. Isso vale, sobretudo, para a noção de pobreza absoluta, pois, como com o progresso material e a evolução dos costumes nas sociedades há um constante processo de criação de novas necessidades, qualquer cesta mínima de bens necessários para se superar a pobreza varia com o tempo.

1.3. Capacidades e a abordagem multidimensional da pobreza

Outra concepção de pobreza foi concebida por Amartya Sen. Para Sen (1992), as definições tradicionais sobre o bem-estar social e a pobreza, inspiradas em critérios filosóficos utilitaristas e welfaristas³, consideram apenas a utilidade individual – sempre definida em termos psicológicos individuais, como prazer, felicidade ou satisfação – como critério de valor. Contudo, essa noção é restritiva por duas razões. Em primeiro lugar, ela desconsidera o papel da liberdade individual em tomar decisões para o bem-estar, e se concentra apenas nas realizações. Em segundo lugar, ela desconsidera outras realizações que não podem ser representadas nos termos psicológicos habituais, impossibilitando, dessa maneira, estudos de bem-estar que abordem a diferenciação de sexo, etnia, classe social, casta ou comunidade dentro de uma sociedade.

Segundo Sen, os conceitos de pobreza absoluta e relativa, presentes nos estudos anteriores sobre o tema, são confusos. Isto é, sabendo-se que a pobreza depende das características de interação social, não está claro se ela é causada por causa da situação de privação por parte de um indivíduo que possui relativamente menos que os outros de sua sociedade, ou por parte de um indivíduo que possui absolutamente menos porque precisa dividir com os outros de sua sociedade (SEN, 1983). O autor exemplifica essa suposição com o caso de uma praia deserta, cuja utilidade para os indivíduos depende exatamente de ser deserta e os indivíduos que desfrutarem dela conjuntamente obterão um grau de utilidade absolutamente inferior em relação à utilidade de desfrutar da praia deserta. Segundo o autor, em resumo, qualquer conceito puramente relativo da pobreza acaba por associar-se mais a questões de desigualdade, do que propriamente de bem-estar.

Para Sen (1983, 1992, 1999), a pobreza tem uma natureza ao mesmo tempo absoluta e relativa. Isto é, o conjunto de bens cuja posse afeta o convívio social e a percepção da privação de bem-estar varia de acordo com cada sociedade. Mas a essência da pobreza apresenta um núcleo absoluto (*absolutist core*), que agrega as suas características essenciais e representa as necessidades humanas básicas comuns a todas as situações⁴. Ou seja, para Sen, ainda que os critérios da pobreza não são socialmente invariantes, sua natureza pode ser descrita de acordo com fatos objetivos.

³ Uma discussão mais aprofundada sobre os problemas da desigualdade e da pobreza sob a ótica da filosofia moral, que transcende os objetivos do presente artigo, é encontrada no próprio livro de Sen (1992).

⁴ Para o autor, mesmo que esse núcleo absoluto da pobreza inclua características válidas para todos os casos, isso não quer dizer que as características sejam fixas ao longo do tempo. Ou seja, para Sen (1983), qualquer linha de pobreza definida com base em sua teoria deve ser uma função de uma série de variáveis dinâmicas.

Para o autor, o bem-estar social, isto é, a qualidade de vida de uma população não pode ser definida simplesmente em termos de posse de bens físicos e de utilidade da posse desses bens, mas sim em uma perspectiva multidimensional. A disponibilidade de um bem não significa a garantia de que todos os indivíduos tenham condições de obtê-los por meio de mecanismos econômicos, tais como pela produção, pela criação de empregos, pelas trocas em mercado ou pela provisão pública. O núcleo de um conceito de bem-estar está associado com as capacidades adquiridas pelos indivíduos e suas famílias para obter satisfação de necessidades, a busca da felicidade e a tomada de decisões que os afastem da situação de pobreza. Nas palavras de Sen (1999):

A “capacidade” [capability] de uma pessoa consiste nas combinações alternativas de funcionamentos cuja realização é factível para ela. Portanto, a capacidade é um tipo de liberdade: a liberdade substantiva de realizar combinações alternativas de funcionamentos (ou, menos formalmente expresso, a liberdade para ter estilos de vida diversos). Por exemplo, uma pessoa capacitada que faz jejum pode ter a mesma realização de funcionamentos quanto a comer ou nutrir-se que uma pessoa destituída, forçada a passar fome extrema, mas a primeira pessoa possui um “conjunto capacitário” diferente do da segunda (a primeira pode escolher comer bem e ser bem nutrida de um modelo impossível para a segunda) (SEM, 1999, p. 95).

E também (SEN, 1983),

So the constituent part of the standard of living is not the good, nor its characteristics, but the ability to do various things by using that good or those characteristics, and it is that ability rather than the mental reaction to that ability in the form of happiness that, in this view, reflects the standard of living (SEN, 1983, p. 334).

Portanto, uma das dimensões da concepção de Sen para a pobreza está associada não à privação de um bem, mas sim à incapacidade de obtê-lo. E ainda, as capacidades adquiridas pelos indivíduos não se referem apenas ao acesso a bens e serviços físicos, mas sim a uma multidimensionalidade de fatores relacionadas ao bem-estar, tais como a participação e a integração na vida política, social e comunitária em que residem. Em resumo, para Sen, a pobreza tem uma noção ambígua. Ela é absoluta no campo das capacidades, e relativa no campo dos bens de consumo e das suas características. O autor (SEN, 1983) supõe, por exemplo, uma comunidade na qual a posse de uma determinada cesta de bens de consumo é necessária para a aceitação social de um indivíduo. Nesse caso, mesmo que esses bens de consumo possam variar de sociedade para sociedade, quem não alcança esse padrão de consumo acaba por sofrer exclusão da vida social de sua comunidade, o que é identificado como uma fonte absoluta de pobreza. O lado relativo da pobreza, por outro lado, identificado como a cesta de consumo necessária para o indivíduo ser aceito pelos demais, varia de acordo com as características de cada comunidade. Nas comunidades mais pobres, essa cesta associa-se a fatores básicos de sobrevivência, tais como a alimentação, o vestuário, as condições de moradia e de saúde. Já nas comunidades mais ricas, em que as necessidades básicas já estão, em média, satisfeitas, as exigências materiais são maiores. Mas a necessidade de participação e aceitação social, assim como um sentimento de auto-respeito, é o mesmo critério para o indivíduo não ser considerado pobre do que na comunidade anterior, e é identificado por Sen como uma capacidade.

Para Sen, observar a pobreza apenas em termos de privação de renda é falho por quatro motivos (CODES, 2008). Primeiro, isso significa olhar meramente os meios, mas não os fins do processo de geração de bem-estar, relacionados com o que as pessoas pretendem buscar com sua renda, e com quais liberdades são necessárias para que esses fins sejam alcançados. Isto é, enquanto que a concepção da pobreza como privação de capacidades é intrinsecamente importante, a concepção como privação de renda é apenas instrumentalmente importante, já que a renda não é o

único fator que influencia as capacidades⁵, e tampouco o seu impacto sobre as capacidades é o mesmo entre diferentes indivíduos, comunidades e países. Segundo o autor (1999, p. 114):

É perigoso ver a pobreza segundo a perspectiva limitada da privação de renda e a partir daí justificar investimentos em Educação, serviços de saúde etc. com o argumento de que são bons meios para atingir o fim da redução da pobreza de renda. Isso seria confundir os fins com os meios. As questões básicas de fundamentação obrigam-nos, por razões já expostas, a entender a pobreza e a privação da vida que as pessoas realmente podem levar e das liberdades que elas realmente têm. A expansão das capacidades humanas enquadra-se diretamente nessas considerações básicas. Acontece que o aumento das capacidades humanas também tende a andar junto com a expansão das produtividades e do poder de auferir renda. Essa conexão estabelece um importante encadeamento indireto mediante o qual um aumento de capacidades ajuda direta e indiretamente a enriquecer a vida humana e tornar as privações humanas mais raras e menos pungentes. As relações instrumentais, por mais importantes que sejam, não podem substituir a necessidade de uma compreensão básica da natureza e das características da pobreza (CODES, 1999, p. 114).

Segundo, a concepção de pobreza como privação de renda não permite observar todo o impacto que as desvantagens de saúde e a incapacitação física exercem simultaneamente sobre a renda e a conversão da renda em capacidades, pois sabe-se que indivíduos doentes ou incapacitados são menos produtivos, o que se traduz em menores salários pagos no mercado de trabalho. Além disso, esses mesmos indivíduos destinam maior parte de sua renda para serviços de saúde, o que lhes dá menor liberdade de fazer combinações de funcionamentos em relação ao seu bem-estar.

Terceiro, tal concepção de pobreza não leva em conta as diferenças de distribuição intrafamiliar da renda. Sabe-se que algumas culturas podem privilegiar determinados membros da família em detrimento de outros. Quarto, por fim, podem-se confundir as situações em que a privação relativa de renda se traduz em uma privação absoluta em termos de capacidades, tal como ocorre nos países mais ricos, nos quais maiores volumes de renda são necessários para que um indivíduo atinja padrões de consumo necessários para ser socialmente aceito como não pobre.

Dadas às contribuições de Amartya Sen, a síntese contemporânea das discussões teóricas sobre a pobreza é a concepção multidimensional da pobreza (CODES, 2008). Nessa concepção, a pobreza é vista como um fenômeno social complexo, na qual as privações sofridas pelos indivíduos não são apenas materiais, mas também relacionadas a levar uma vida compatível com o necessário para se atingir padrões de consumo compatíveis com a aceitação social e o auto-respeito. Essas carências e penúrias sofridas pela população pobre são múltiplas e relacionadas a padrões de vida de baixa expectativa, elevada morbidade e propensa a riscos, envolvendo parâmetros como as condições de saúde, Educação, habitação, acesso a direitos econômicos e sociais e a liberdades políticas. Além disso, o fenômeno da pobreza tem um componente de subjetividade, associado à desesperança, à vulnerabilidade, à insegurança e à exclusão social. Por fim, a pobreza não é um fenômeno puramente individual, mas também inclui relações sociais, tais como o acesso ao trabalho, aos serviços públicos e ao capital social.

A concepção multidimensional da pobreza permite diferenciar as situações de pobreza crônica e transitória. A pobreza transitória é associada à vulnerabilidade de indivíduos, famílias e comunidades em relação a choques econômicos, como, por exemplo, de quebra de safra agrícola, de flutuações de preços, de debilitações em termos de saúde e de falta de segurança. Já a pobreza crônica se refere a indivíduos confinados a essa situação, e que se encontram excluídos do acesso ao capital humano, físico e social.

Segundo Hulme; Shepherd (2003), a pobreza crônica apresenta quatro características fundamentais. Em primeiro lugar, sua duração é extensa, durando a maior parte da vida de um indivíduo, a sua vida inteira, ou ainda mesmo é passada de geração para geração. Nota-se um termo dinâmico nessa concepção de pobreza, já que se associa a pobres crônicos uma situação de baixa mobilidade social, motivada principalmente pela convivência com uma estrutura social rígida, ou a

⁵ O autor cita como outros exemplos a questão de gênero, de papéis sociais de localização residencial e de condições de saúde.

posse de poucos ativos produtivos (tanto físicos como humanos, tais como condições de saúde e de Educação).

Em segundo lugar, é determinada multidimensionalmente, já que as principais características da pobreza crônica (exclusão da posse de capitais e ativos) são fixas no tempo e difíceis de serem superadas. Isso a difere das características da pobreza transitória, baseadas em fluxos de renda e de consumo, os quais tendem a flutuar mais intensamente ao longo do tempo. Terceiro, verifica-se que sua natureza é mais absoluta do que relativa, nos seus estudos aplicados. Quarto, por fim, a pobreza crônica se dá predominantemente em nível individual. É comum, mas não via de regra, que haja correlação em nível familiar e comunitário. Segundo os autores, os grupos humanos mais associados à pobreza crônica são grupos minoritários marginalizados, tais como determinadas castas, raças, etnias e religiões, refugiados de guerra, migrantes, indígenas, nômades, pastoralistas, membros discriminados dentro das famílias, doentes e incapacitados crônicos em termos de saúde, e habitantes de regiões remotas, favelas urbanas, ou em regiões em situação de conflitos civis e militares.

As críticas dirigidas à abordagem multidimensional da pobreza podem ser classificadas, em geral, em duas naturezas distintas. Uma, quantitativa, argumenta que a avaliação empírica da pobreza multidimensional é dificultada pela necessidade de ponderação de múltiplos conceitos de pobreza em um único indicador. Além disso, a própria definição de pobreza multidimensional é difícil para estudos empíricos, tanto por causa das dificuldades de operacionalização, já que costuma envolver aspectos não observáveis e mensuráveis quantitativamente, como por causa de sua conceitualização, a qual tem, para alguns autores, uma perspectiva mais filosófica do que teórica. A outra natureza de críticas tem um caráter qualitativo, e expõe que a abordagem multidimensional da pobreza pode criar uma confusão entre as suas causas e a pobreza efetiva (definida em termos de renda), o que pode levar a uma subestimação do papel da renda sobre esse fenômeno.

1.4. Abordagem microeconômica da pobreza

Outra dimensão para se conceituar a pobreza parte diretamente da teoria econômica, sobretudo da teoria da escolha racional. Segundo essa concepção, a pobreza é vista como o resultado de determinadas escolhas e decisões tomadas por parte de agentes econômicos, com base em suas preferências, restrições e incentivos.

Um importante exemplo de estudo analítico sobre as causas da pobreza na concepção da teoria da escolha racional é o ensaio de Feldstein (1998) sobre a pobreza nos Estados Unidos. O autor aponta três fontes de pobreza nesse país. Em primeiro lugar, a rigidez no mercado de trabalho, que provoca desemprego involuntário. Em segundo lugar, a baixa produtividade do trabalho, relacionada com fatores como a má qualidade da Educação, o desincentivo ao treinamento no emprego⁶, baixo QI de alguns indivíduos, ou mesmo maus hábitos de vida⁷ dos trabalhadores pobres. Em terceiro lugar, a existência de mecanismos de remuneração do não-trabalho, como o seguro social e as transferências governamentais, que criam um incentivo para que as pessoas escolham ganhar pouco sem trabalhar, ao invés de procurar emprego.

Roemer (1998) apresenta a formalização do conceito de pobreza derivada da desigualdade de oportunidades. O método utilizado pelo autor consiste na separação dos determinantes da vantagem de uma pessoa, definida como os produtos desejados de suas decisões, como níveis de renda e de utilidade, em circunstâncias e esforços. As circunstâncias são todos os fatores que são economicamente exógenos à pessoa, como o gênero, a etnia, o background familiar e o local de nascimento. Em resumo, são todas as variáveis que afetam as vantagens pessoais, mas não são afetadas pelas escolhas pessoais. Já os esforços incluem todos os fatores endógenos, que são influenciados pelas decisões individuais. Nesse sentido, a definição de políticas de equalização de

⁶ Segundo o autor, esse desincentivo ao treinamento é uma consequência direta de políticas que encarecem a contratação de mão-de-obra pelas empresas, como é o caso da lei do salário mínimo.

⁷ Como o alcoolismo e o uso de drogas.

oportunidades envolve dois passos. Em primeiro lugar, os agentes públicos devem particionar a população total da sociedade em grupos de acordo com o critério da homogeneidade de circunstâncias. Em segundo lugar, esses agentes devem criar mecanismos que equalizem as vantagens de cada quantil da distribuição de esforços dentro dos grupos populacionais homogêneos em termos de circunstâncias.

O uso de um aparato microeconômico para descrever a dinâmica da evolução do bem-estar das famílias é realizado por Baulch e Hoddinott (2000). De acordo com a teoria utilizada pelos autores, uma família maximiza uma função de utilidade, que envolve seus níveis presentes e futuros de consumo, sobre uma restrição orçamentária intertemporal. Supondo-se que a família tenha informação perfeita sobre os resultados de suas decisões, e que os mercados funcionam eficientemente, a sua escolha ótima igualará a utilidade marginal do consumo em todos os períodos de tempo. No entanto, quando ocorrem choques sobre o sistema econômico, as famílias reagem mudando seu comportamento, caso julgarem que o choque alterou permanentemente as condições da economia. Segundo os autores (2000):

A household's permanent welfare is defined by the intertemporal average of its welfare, with transitory welfare accounting for the residual. Chronic poverty is then defined to occur when a household's intertemporal average welfare is less than a fixed cut-off (the 'poverty line'), and transitory poverty as the difference between chronic poverty and total poverty in individual periods (BAULCH E HODDINOTT, 2000, p. 9).

Assim, o bem-estar das famílias varia tanto no curto prazo, devido aos choques enfrentados, como também no longo prazo, seguindo uma trajetória de crescimento proporcional as suas decisões de poupança e de investimentos. No curto prazo, uma situação de pobreza transitória depende da dotação inicial de recursos da família, do valor da aplicação desses recursos ao longo do tempo, da intensidade e da frequência dos choques econômicos e da reação da família aos choques, em termos de redução do consumo. No longo prazo, uma situação de pobreza crônica depende da acumulação de capitais (físico, humano e financeiro), promovida pela poupança, das condições iniciais da economia, do impacto de choques repetidos, da irreversibilidade das trajetórias de bem-estar da família, e da trajetória do desempenho macroeconômico ao qual a família se integra.

Relaxando a hipótese de que a família representativa apresenta informação perfeita sobre os resultados de suas decisões, Wood (2003) apresenta um conceito de vulnerabilidade à pobreza. O autor diferencia os agentes econômicos entre os não-pobres, os pobres transitórios e os pobres permanentes, e analisa quais são os fatores econômicos que provocam a mobilidade dos agentes transitórios para cima e para baixo da linha de pobreza.

Nesse sentido, a vulnerabilidade decorre de uma relação entre pobreza e risco. As famílias fazem escolhas racionais em um ambiente com incerteza, e a pobreza decorre de uma perda de bem-estar causada pela privação, por parte de determinados agentes, de instrumentos para gerenciar os riscos de suas decisões frente aos potenciais choques econômicos. Portanto, a vulnerabilidade, isto é, a probabilidade de uma família cair na pobreza, depende das fontes de riscos que essa família enfrenta⁸, da sua disponibilidade de recursos e das técnicas disponíveis para o gerenciamento desses riscos. Dada essa estrutura, a família aloca seus recursos para auferir renda de modo a maximizar sua utilidade intertemporal.

Nesse caso, se as famílias mais pobres têm mais dificuldades de gerenciar seus riscos, podem tomar decisões mais conservadoras⁹, como de poupar menos, não investir, e optar por fazer seus membros iniciarem mais cedo no mercado de trabalho, ao invés de acumular capital humano¹⁰.

⁸ Por exemplo, famílias que residem em regiões rurais são muito mais suscetíveis a choques de origem climática do que famílias que residem em regiões urbanas.

⁹ Nas palavras do autor (WOOD, 2003), "*Staying secure, staying poor*".

¹⁰ Com base em fatos estilizados a respeito dos países do sul da Ásia (particularmente a Índia, o Paquistão e o Afeganistão), o autor aponta os seguintes métodos tradicionais de seguridade contra a pobreza: a associação clientelista com poderosos em nível local (regiões rurais ou urbanas) baseada em troca de favores e serviços por proteção; a manutenção de instituições políticas paternalistas; o surgimento de mercados informais de crédito; a

Todavia, essas decisões afetam o bem-estar futuro negativamente, provocando um círculo vicioso da pobreza, segundo o qual as famílias se deparam com um *trade-off* entre procurar melhores condições de vida ou se manter mais seguros no seu padrão de vida atual¹¹. Segundo Wood (2003):

The poor, almost by definition, face more uncertainty than others. They have less control over relationships and events around them. They are obliged to live more in the present, and to discount the future. The value to them of the known present exceeds that of the unknown future. In other words, their time-preference behavior is for the present, which leaves them more vulnerable for the future. Moreover, risk management in the present involves loyalty to institutions and organizations that presently work and deliver livelihoods whatever the longer term cost. Thus multiperiod games are established on the basis of patron-client dependencies, comprising a multiple web of transactions which limit the client's room for maneuver since all ties could be threatened if one of them is allowed to collapse (WOOD, 2003, p. 468).

Em um estudo recente, Cunha e Heckman (2008) apresentam uma análise com distribuição contrafactual para diferenciar o papel da heterogeneidade pessoal e da incerteza sobre a desigualdade de rendimentos, a incidência da pobreza e a mobilidade econômica. Os autores apresentam um modelo em que indivíduos maximizam uma função de utilidade que é positiva em função de sua renda e negativa em função dos custos de Educação, que determinam a sua renda no futuro. No modelo, o indivíduo escolhe se vai cursar Ensino Superior – e “se tratar contra a pobreza” – ou não, mas não é capaz de saber com certeza o impacto dessa decisão sobre a sua renda futura, já que o contrafactual, entendido como a renda esperada caso o agente tivesse tomado outra escolha, não é conhecido. Por isso, a decisão do agente em cursar Ensino Superior depende de três fatores. Em primeiro lugar, depende do custo do tratamento. Em segundo lugar, depende da heterogeneidade entre os agentes econômicos, já que o impacto esperado do tratamento sobre a renda futura, ainda que não conhecido, depende das características de cada pessoa, como as suas habilidades cognitivas. Terceiro, depende dos riscos e incertezas percebidos por cada agente na tomada da decisão.

Um ponto polêmico que pode ser considerado uma limitação de toda a abordagem microeconômica da pobreza é a não-consideração da desigualdade como um problema econômico. De acordo com os teoremas do bem-estar, a distribuição de dotações iniciais entre os agentes econômicos não afeta a eficiência da alocação de recursos. Esse ponto é muito bem explorado por Milanovic (2003), em um estudo com base na teoria dos jogos sobre o impacto da desigualdade sobre o bem-estar dos agentes. Segundo esse estudo, para situações de distribuição de renda muito desigual, verificou-se que os agentes menos favorecidos passaram a evitar transacionar com os agentes mais favorecidos, por se sentirem injustiçados, de modo que o volume total de transações econômicas tende a ser menor do que em situações com distribuição de renda mais homogênea, prejudicando a ambos.

Outra crítica que pode ser feita à abordagem microeconômica da pobreza é que esses modelos pressupõem que os agentes econômicos possuam preferências exógenas, isto é, tomadas como dadas e fixas ao longo do tempo, e que utilizem todos os recursos de que dispõem para maximizar sua satisfação. Contudo, o que se observa na realidade é que as preferências, entendidas como os objetivos das escolhas tomadas pelos seres humanos, variam de acordo com o progresso das condições de vida das pessoas, ou seja, com o crescimento de indicadores de renda, riqueza, liberdades e de Educação das populações, entre outros fatores.

Por fim, cabe destacar a crítica elaborada por Sen (1992). Para esse autor, a economia tradicional considera apenas o aspecto instrumental da liberdade dos indivíduos. O valor da liberdade de se tomar decisões é medido apenas pelo nível de utilidade associado aos resultados das escolhas feitas. Isso implica que o bem-estar de um agente é igual quando ele toma uma decisão na

migração; o casamento por interesses familiares; a formação de Estados informais em regiões remotas, ou em conflito.

¹¹ Um argumento muito semelhante foi elaborado por John Kenneth Galbraith (1979), em seu livro “A Natureza da Pobreza das Massas”, escrito quando o autor era o embaixador norte-americano na Índia.

situação em que existem outras decisões alternativas e na situação em que as mesmas não existem. Sen considera que essa idéia está errada, e questiona onde está o valor próprio da vida humana na visão econômica tradicional. Para o autor, a liberdade de se viver a própria vida e de tomar decisões sem restrições de saúde, de alimentação ou de exclusão social é um fator por si só determinante de bem-estar. Por isso, Sen sugere a mudança da variável focal para a avaliação do bem-estar social em estudos aplicados: ao invés de se considerar as conseqüências das decisões tomadas pelas pessoas, avaliar os estados e as ações que essas mesmas pessoas realizam ao viver, isto é, os funcionamentos das pessoas a desfrutar de suas vidas.

2. Mensuração da Pobreza

2.1. Critério da Linha de Pobreza

A mensuração da pobreza envolve dois exercícios (SEN, 1979, 1992). Em primeiro lugar, devem-se identificar os indivíduos, ou famílias, pobres em uma determinada comunidade, de modo a se mensurar a intensidade de sua pobreza de acordo com os padrões de necessidades básicas vigentes nessa comunidade. Esse exercício é denominado de padronização dos indicadores de pobreza. Em segundo lugar, devem-se combinar as medidas de privação de todos os indivíduos pobres da comunidade em um único índice, de modo a permitir a comparação com habitantes de outras comunidades. Esse exercício é denominado de agregação dos indicadores de pobreza.

A identificação dos pobres em uma população, por sua vez, pode seguir dois métodos. Em primeiro lugar, pelo chamado método direto, que consiste na observação de um conjunto de indivíduos cujo padrão de consumo não inclui todos os itens considerados como sendo de necessidade básica por parte do pesquisador. Esse método é dificultado pela exigência de dados completos sobre padrões individuais de consumo. Em segundo lugar, pelo método da renda, a qual é considerada a forma mais comum de se padronizar indicadores de pobreza. Nela se estabelece um determinado nível de renda abaixo do qual as pessoas são classificadas como pobres. Esse nível de renda deve ser definido como o suficiente para que as pessoas (indivíduos ou famílias) cubram as suas necessidades básicas, entendidas seja como um padrão de consumo considerado minimamente aceitável (no caso da mensuração da pobreza absoluta), ou abaixo em relação ao necessário para ter um padrão de vida considerado aceitável em sua comunidade (no caso da pobreza relativa). Tal método de mensuração é chamado de critério da linha de pobreza, e tem a vantagem de não apenas exigir menor volume de dados para análise empírica, mas também de permitir a definição de medidas de intensidade da pobreza, entendidas como distâncias numéricas da situação de cada indivíduo em relação à linha de pobreza.

Em relação aos indicadores empíricos de pobreza absoluta e relativa, Sen (1979, 1992) argumenta que a situação de privação tem um caráter relativo, já que depende do que cada sociedade considera como o conjunto de necessidades básicas que um indivíduo deve superar de modo a não ser considerado pobre. Mas a pobreza, como já relatado, tem um núcleo absoluto, incluindo fatores como a fome e a desnutrição, o qual é válido para todos os casos estudados. Por isso, para o autor, as medidas de pobreza absoluta e relativa, nos estudos empíricos, devem ser vistas como complementares.

Outra maneira de se mensurar a pobreza relativa, conforme é relatado por Mencher (1967) e Schwartzman (2007), é tomar um determinado ponto na distribuição de renda de uma sociedade, e considerar pobre os indivíduos cujos rendimentos estão abaixo desse ponto. Segundo Mencher (1967),

Relative standards, however, stress economic inequality as the primary indicator of poverty. The argument for relative standards rests on the assumption that for practical purposes standards become so fluid that no definition of need, no matter how broad, satisfies the ever-changing expectations of modern life. Thus, poverty, particularly in advanced industrial democratic nations where the basic physical wants have been met, is a matter of deviation from social and economic norms (MENCHER, 1967, p. 79).

O uso de linhas de pobreza para a mensuração da pobreza tem três aplicações principais na definição de políticas públicas de bem-estar social (SCHWARTZMAN, 2007). Primeiro, quando as linhas de pobreza são aplicadas a indivíduos ou famílias, fornece um critério para elegibilidade em relação a programas sociais focalizados. Segundo, quando são aplicadas a regiões geográficas, serve como um critério para a definição da prioridade de investimentos públicos. Terceiro, quando são aplicadas a populações específicas dentro de uma sociedade, serve como um critério para a definição de estruturas de políticas específicas contra a pobreza.

Deaton (2004) apresenta um exemplo de método de determinação da linha da pobreza, inspirada na Lei de Engel¹². O cálculo da renda mínima em relação a qual o indivíduo será classificado como pobre ou não-pobre é baseado na necessidade de alimentação, isto é, o montante de renda necessária para que cada indivíduo obtenha duas mil calorias alimentares por dia¹³. Para adaptar essa metodologia de cálculo aos gastos reais dos agentes com alimentação, isto é, de acordo com as preferências individuais médias da população, o autor recomenda que

[...] calories can be converted into money by looking at what people actually spend, and finding the income (or total expenditure) level at which, on average, people get 2,000 calories. This can be done by plotting what is called “calorie Engel curve”, a graph with income or total expenditure along the horizontal axis, and the average calories of households at that income or expenditure level on vertical axis. The 2,000 calorie point on the vertical axis is then traced back to the corresponding point on the horizontal axis, which becomes the income or expenditure poverty line. People living in households with less than this amount are classified as poor, and people with more as non-poor (DEATON, 2004, p. 5).

O autor observa que sempre há uma necessidade de adaptação dessa metodologia de mensuração de pobreza ao tempo, de acordo com a evolução das preferências alimentares dos agentes, e ao espaço, de acordo com os diferentes hábitos alimentares em diferentes populações.

No que diz respeito às técnicas para a agregação dos indicadores de pobreza, Sen (1979) propõe que um bom indicador agregado deve apresentar três medidas. Em primeiro lugar, a incidência da pobreza, equivalente ao número relativo de pobres na população. Em segundo lugar, o grau de privação médio dos pobres, equivalente ao nível médio de renda dos pobres. Por fim, o grau de privação relativa dos pobres, calculado pela distribuição de renda entre os indivíduos pobres da população.

Sen (1976) propõe que a mensuração da pobreza tem o objetivo de, além de identificar as pessoas pobres na população, pelo método da definição da linha de pobreza, também de construir um índice geral de pobreza utilizando as informações disponíveis sobre os pobres. Segundo o autor, o indicador da proporção de pessoas pobres na população, por si só, não resolve esse objetivo da mensuração da pobreza porque falha em dois axiomas fundamentais levantados por Sen. Em primeiro lugar, o axioma da monotonicidade, segundo o qual, *ceteris paribus*, qualquer redução da renda de um indivíduo abaixo da linha de pobreza deve elevar a medida de pobreza agregada. Em segundo lugar, o axioma da transferência, segundo o qual, *ceteris paribus*, qualquer transferência pura de renda de um indivíduo abaixo da linha de pobreza para qualquer outro indivíduo mais rico deve elevar a medida de pobreza agregada.

Por isso, Sen (1976) apresenta uma abordagem de mensuração da pobreza relacionada à observação do grau de privação que cada família apresenta na economia. Essa abordagem consiste, a partir de dados sobre a proporção de famílias pobres na economia e a renda média dos mais pobres, em calcular a proporção pela qual cada família se distancia da linha de pobreza. Por exemplo, conforme explicado por Deaton (2004), nesse critério uma família sem nenhuma posse teria essa proporção de distância da linha de pobreza igual a zero, ao passo que uma família com um volume de dotações o suficiente para estar na metade da linha de pobreza teria esse valor igual a

¹² Segundo a qual, quanto mais pobre for um agente econômico, maior será a proporção de sua renda gasta com alimentação.

¹³ Uma aplicação desse critério de mensuração da pobreza ao caso brasileiro é encontrada em Rocha (2000).

0,5. Nesse caso, a medida de grau de pobreza (ou *poverty gap*, nas palavras do autor), equivale à multiplicação entre a proporção de pessoas pobres na sociedade e o valor médio da proporção da distância da linha de pobreza entre essas pessoas. Assim, as pessoas logo abaixo da linha de pobreza contarão menos do que as mais distantes em medidas de mensuração da pobreza agregada, o que é fundamentalmente útil para a definição, implementação e análise de políticas sociais. Para cada indivíduo ou família pobre, seja z a linha de pobreza definida para sua comunidade e y_i a sua renda, o *gap* de renda (g_i) é calculado pela seguinte fórmula:

$$g_i = z - y_i \quad (1)$$

O autor (SEN, 1976) formaliza matematicamente o cálculo do grau de pobreza. Seja q o número de agentes pobres na população, n o número total de pessoas na população e z a linha de pobreza, entendida como o rendimento mínimo para que a pessoa não seja considerada pobre. Assim, tem-se $H = q/n$ a proporção de pobres na população. Essa medida, por não satisfazer os axiomas da monotonicidade e da transferência, é insensível à intensidade da pobreza de cada pessoa, já que não pondera as distâncias de cada observação em relação à linha de pobreza.

Define-se $S(z)$ como o conjunto de indivíduos pobres da população. O somatório de g_i é entendido como a insuficiência total de renda dos indivíduos pobres na população, mensurada pelo somatório da diferença entre a linha da pobreza e os rendimentos de todos os agentes pobres. O seu valor máximo, nesse caso, será qz , isto é, quando todos os pobres tiverem rendimentos nulos. Dadas essas definições, a razão de insuficiência de renda é:

$$I = \sum_{i \in S(z)} \frac{g_i}{qz} \quad (2)$$

A razão de insuficiência de renda é um indicador insensível a transferências de renda entre os pobres, caso essas transferências não façam ninguém cruzar a linha de pobreza, à proporção de pobres na população e à distribuição de renda entre os pobres. O valor máximo de I é qz , isto é, quando todos os indivíduos da população forem pobres.

Seja P uma soma dos *gaps* de todas as pessoas abaixo da linha da pobreza na população S , ponderada por um conjunto de pesos v_i , tem-se que:

$$P = A(z, q, n) \sum_{i \in S(z)} g_i v_i \quad (3)$$

Supondo-se que $r(i)$ seja a posição do indivíduo i no ordenamento de todos os pobres em uma ordem decrescente de renda, de modo que quanto maior a posição na ordem, maior será o grau de privação do indivíduo, e que $v_i = r(i)$, o índice de insuficiência de renda (P), definido como uma medida de pobreza agregada controlada pelo grau de pobreza de cada indivíduo pobre, supondo-se que todos os pobres têm a mesma renda igual à y_i , é:

$$P = HI \quad (4)$$

Relaxando a hipótese de que a distribuição de renda é equilibrada entre todos os pobres, Sen introduz um índice de desigualdade – o índice de Gini (G) – na sua medida de agregação da pobreza:

$$P = H[I + (1 - I)G] \quad (5)$$

O índice de pobreza de Sen (5) é interpretado como uma multiplicação entre a proporção de pobres em uma comunidade (H) e a razão de insuficiência de renda (I) somado com a distribuição da renda entre os pobres, ponderada pela razão entre a renda média dos pobres e a renda definida na linha de pobreza. Segundo Sen (1976),

One way of understanding its rationale is the following: I represent poverty as measured by the proportionate gap between the mean income of the poor and the poverty line income. It ignores distribution among the poor, and G provides this information. In addition to the poverty gap of the mean income of the poor reflected in I, there is the “gap” arising from the unequal distribution of the mean income, which is reflected by the Gini coefficient G of that distribution multiplied by the mean income ratio. The income-gap measure thus

augmented to take note of inequality among the poor, i.e., $I + (1 - I)G$, is normalized per poor person, and does not take note of the number of people below the poverty line, which could be minute or large. Multiplying $[I + (1 - I)G]$ by the head-count ratio H now produces the composite measure P (SEN, 1976, p. 227).

Entre suas principais propriedades, tem-se que $P \in [0,1]$. Hipoteticamente, se $P = 0$, toda a população tem renda superior à linha de pobreza, ao passo que, se $P = 1$, toda a população tem renda zero. Se todos os pobres tiverem a mesma dotação de renda ($G = 0$), $P \rightarrow H$, se a renda dos pobres for muito baixa, e $P \rightarrow I$, se a proporção de pobres na população for muito elevada.

Outro índice de pobreza que satisfaz os axiomas levantados por Sen é o índice proposto por Foster *et al.* (1984) e explicado por Wright (1996). Esse índice, além de satisfazer os critérios formais levantados anteriormente, tem a vantagem adicional de permitir ser decomposto para diferentes segmentos de uma população. Sendo y^* a linha de pobreza, y_i a renda da família i , q o número de pobres na população ($y_i < y^*$), n a população em termos de número de famílias, e α um fator de ponderação da intensidade da pobreza entre as famílias, tem-se o índice FGT de agregação da pobreza:

$$P(\alpha) = (1/n) \sum_{i=1}^q \left[\frac{(y^* - y_i)}{y^*} \right] \quad (6)$$

O índice FGT apresenta três resultados de relevância especial. Em primeiro lugar, se $\alpha = 0$, $P(0) = q/n = H$, que equivale à proporção de famílias abaixo da linha de pobreza. Em segundo lugar, se $\alpha = 1$, $P(1) = HI$, em que $I = \frac{(y^* - \bar{y}_p)}{y^*}$, e \bar{y}_p equivale à renda média das famílias pobres. Terceiro, se $\alpha = 2$, $P(2) = H [I^2 + (1 - I)^2 C_q^2]$, em que C_q^2 equivale a um coeficiente de variação de renda entre os pobres, isto é, uma medida de desigualdade e de privação relativa das famílias pobres.

A decomposição permite que as variações na pobreza agregada da população sejam analisadas como uma média ponderada entre as variações na população de cada subgrupo definido – a composição da população – e da média ponderada da variação da pobreza dentro de cada subgrupo – mudanças genuínas de pobreza. Seja o subgrupo k o conjunto de subgrupos mutuamente exclusivos e exaustivos dentro da população, s_k a proporção da população integrante do subgrupo k e $P(\alpha)$ a taxa total de cada subgrupo na pobreza total da população, o índice FGT ponderado pelos subgrupos é:

$$P(\alpha) = \sum_{k=1}^k s_k P(\alpha)_k \quad (7)$$

A proporção de cada subgrupo na pobreza total da população é:

$$S(\alpha)_k = \frac{[s_k P(\alpha)_k]}{P(\alpha)} \quad (8)$$

Muitos autores, como Mencher (1967), Hoffmann (1998), Schwartzman (2007) e o próprio Sen (1976 e 1979) apontam uma série de problemas de mensuração quando a pobreza é observada apenas em termos de insuficiência de renda. Em primeiro lugar, a renda não capta totalmente os indicadores de qualidade de vida das famílias, já que, não mensura, por exemplo, as condições de saúde de seus membros. Em segundo lugar, quaisquer critérios de definição de linhas de pobreza como o valor monetário que cobre as necessidades básicas de uma pessoa sempre têm algum grau de arbitrariedade. Terceiro, a renda familiar é um indicador pouco confiável estatisticamente, já que inclui informações inexatas disponibilizadas pelas próprias famílias, é muito volátil no curto prazo, devido aos ciclos econômicos, seus valores variam constantemente devido à inflação, e supõe-se uma distribuição igualitária dentro de cada domicílio, o que muitas vezes não acontece. Quarto, a população mais pobre depende muito de rendimentos não-monetários para o consumo, provenientes de fontes como transferências, autoconsumo e doações, os quais nem sempre são devidamente mensurados nas pesquisas. Segundo Mencher (1967), estudos com base na renda líquida (renda do trabalho e do não-trabalho) tendem a subestimar a pobreza nas situações de perdas temporárias, ao

passo que estudos com base na renda bruta podem superestimar a pobreza na situação em que não há ativos líquidos nos mercados para atender as necessidades básicas dos indivíduos. Quinto, como o custo de vida é distinto em diferentes regiões geográficas, a comparação de linhas de pobreza é problemática, isto é, não há um nível de renda mínimo uniforme para a população. Por fim, sabe-se que o comportamento dos consumidores pode variar ao longo do tempo, o que dificulta a definição de um nível mínimo de renda para que todos os indivíduos atinjam suas necessidades básicas, especificamente.

Por essas razões, autores como Gafar (1998) defendem que as medidas de consumo são mais apropriadas para a mensuração da pobreza do que as de renda familiar, pois é mais difícil estimar os rendimentos dos trabalhadores do setor informal da economia e dos empregados por conta própria do que os seus orçamentos, o nível de consumo é relativamente mais estável no curto prazo, e sua mensuração capta a destinação de medidas alternativas de rendimentos das famílias, como a poupança, o endividamento e as transferências. Por fim, as pesquisas sobre consumo familiar costumam apresentar estimativas mais robustas do que as pesquisas sobre rendimentos.

A maior estabilidade do consumo ao longo do tempo, em detrimento da renda individual e familiar é explicada segundo a teoria da renda permanente, desenvolvida por Milton Friedman (1957). Segundo o autor, a renda de um indivíduo pode ser decomposta em um componente permanente, que depende dos seus determinantes de riqueza (como a riqueza material acumulada, o seu capital humano e as características do posto e da localização do trabalho), e um componente transitório, de natureza acidental, causado pelo efeito de choques externos no sistema econômico (tais como as flutuações macroeconômicas). Assim, nessa teoria, os indivíduos maximizam sua utilidade intertemporal não com base na sua renda de cada período, mas sim na sua renda permanente, entendida como a sua renda recebida em toda a sua vida, ponderada por fatores de desconto. Frente a choques econômicos, os indivíduos alteram seus níveis de consumo apenas se julgarem que o choque será duradouro o suficiente para afetar a sua riqueza ao longo de sua vida. Caso contrário, se o choque for temporário, a resposta dos agentes será por meio de poupança e despoupança.

Contudo, segundo a abordagem da pobreza iniciada por Amartya Sen, o consumo não resolve o problema da mensuração da qualidade de vida. Segundo Sen (1999), o PNB, que é o principal determinante macroeconômico dos rendimentos e do consumo das famílias, é dissonante da qualidade de vida das pessoas por duas razões. Primeiro, porque o PNB é uma medida de riqueza agregada para a população, e não leva em conta a questão da sua distribuição entre os agentes. Segundo, todos os critérios de bem-estar baseados na renda têm um caráter excessivamente objetivo, já que desconsiderando fatores subjetivos, tais como a liberdade individual de tomar decisões. Além disso, as capacidades individuais, que são o principal fator relacionado ao bem-estar na concepção do autor, dependem de fatores não relacionados meramente a critérios mercadológicos, tais como o acesso a serviços de saúde, acesso à Educação, à participação na vida social e política nas comunidades e o acesso à infraestrutura habitacional.

3.2. Critério da pobreza multidimensional

A partir da abordagem de Sen, foi desenvolvida uma série de índices multidimensionais para a mensuração da qualidade de vida e a evolução da pobreza nas populações. Segundo Rocha (2003), os índices multidimensionais diferenciam-se da abordagem da pobreza vista como insuficiência de renda por três motivos. Primeiro, os parâmetros envolvidos nos cálculos dos índices multidimensionais referem-se a resultados, e não a meios de se buscar o bem-estar. Ou seja, nesses índices, não interessa o número de médicos, de hospitais e de escolas em um dado território, mas sim os índices de mortalidade, morbidade e de alfabetização da população residente nesse território. Segundo, os índices multidimensionais referem-se à sociedade como um todo, e não a subamostras de pessoas identificadas como pobres, o que permite avaliar o progresso do bem-estar social ao longo do tempo e em comparação com outros países e regiões. Terceiro, esses índices reconhecem a inter-relação entre as diversas formas de carência observadas sobre o bem-estar das pessoas

O índice multidimensional de bem-estar mais popular nas últimas décadas é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), formulado pelo Programa das Nações Unidas pelo Desenvolvimento (PNUD) em 1990. Esse índice distingue os conceitos de pobreza pela renda, entendida como a proporção da população que vive com menos de um dólar PPP¹⁴ por dia, e a pobreza humana, um conceito que envolve a restrição de rendimentos das famílias somada à falta de capacidades para que as mesmas tomem decisões no sentido de melhorar as suas condições de vida. Em síntese, o IDH inclui medidas de renda per capita, de escolaridade e de expectativa de vida para cada população estudada. De acordo com Rocha (2003, p. 23-24), o IDH:

Trata-se de um indicador baseado na média aritmética simples de três indicadores relativos a aspectos fundamentais da condição de vida – a esperança de vida ao nascer, o nível educacional e o PIB per capita. Como, para compor o índice, os indicadores básicos utilizados são expressos em unidades de medidas diversas, o cálculo da média requer a transformação dos valores em unidades de medida comparáveis. Com esse objetivo, cada indicador passa a ser expresso como um valor entre zero e um, depois de normalizado com base nos seus valores máximos e mínimos estabelecidos como limites extremos. Se, por exemplo, a esperança de vida de um país hipotético fosse de 55 anos, dados os limites máximos e mínimos estabelecidos em 85 anos e 25 anos, seu indicador de esperança de vida seria de 0,5 (ROCHA, 2003, p. 23-24).

Outros índices multidimensionais de mensuração do bem-estar foram desenvolvidos a partir da década de 90, seguindo o IDH¹⁵. Um exemplo é o Índice de Pobreza Humana (IPH), que envolve apenas indicadores sociais (isto é, sem indicadores de rendimentos), assim como cálculos distintos para os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento. Os indicadores sociais incluídos nesse índice são a proporção de pessoas com esperança de vida inferior a 40 anos na população, a proporção de adultos analfabetos e a média simples entre a proporção da população sem acesso à água tratada e a proporção de crianças de até cinco anos com peso abaixo do medicamento ideal.

Em relação à atual tendência de construção de novos índices multidimensionais de mensuração da pobreza e do bem-estar, Rocha (2003) argumenta que:

A busca do índice ideal evidencia que situações concretas de pobreza podem ser monitoradas de forma mais adequada por indicadores concebidos em função das condições específicas verificadas. Em cada país, e mesmo em subáreas de um mesmo país, a abordagem adequada depende essencialmente da feição que o fenômeno da pobreza assume e das possibilidades concretas de política pública, o que envolve desde a disponibilidade de dados estatísticos que permitam entender e mensurar o problema até a disponibilidade de recursos financeiros e outros, para a intervenção (ROCHA, 2003, p. 28).

Wolff *et al.* (2005) recomendam um ajuste das medidas de rendimentos familiares (ou pessoais) incluídas nos índices multidimensionais de bem-estar para a incorporação de dois fatores importantes, mas negligenciados em muitos estudos empíricos sobre a pobreza. Em primeiro lugar, a incorporação das posses do domicílio, incluindo os ativos fixos e financeiros de posse das famílias. Em segundo lugar, a incorporação de medidas do consumo de bens e serviços públicos disponíveis pelas famílias, tais como o acesso a redes de segurança, de saúde, de Educação etc.

Para se comparar a evolução dos indicadores de pobreza obtidos por meio dos índices multidimensionais de bem-estar, de acordo com Thorbecke (2005), é necessário que se estabeleça uma função de bem-estar social, e que se defina os pesos e as especificações matemáticas para cada variável incluída nessa função. Segundo o autor,

Hence to ascertain poverty and make poverty comparisons within a multidimensional framework requires the approximation of a welfare function that includes the specification of the relative welfare weights, and conveys information about the direct marginal benefits

¹⁴ Paridade do Poder de Compra.

¹⁵ Uma descrição detalhada sobre as propriedades matemáticas e os axiomas úteis para a construção desses índices multidimensionais pode ser encontrada em Chakravarty (2003).

of each attribute and about the interaction among these attributes. In particular this last requirement represents a tall order. It is difficult enough estimating the direct (individual) benefits let alone the multiple and often complex interactions among sets of attributes. The latter can be substitutes or complements. If dimensions are substitutes it means that a person can trade-off one attribute for another (say more food for less clothing) and remain on the same iso-utility curve. On the other hand if attributes are complements, an increase in the amount of one raises the marginal utility of the other (more education increases the present discounted value of the future stream of income). It is also possible that some combinations of poverty dimensions are neither substitutes nor complements (THORBECKE, 2005, p. 11).

Uma alternativa para se mensurar a pobreza multidimensional é o uso dos chamados conjuntos *fuzzy*, que consistem na agregação de vários indicadores de bem-estar em um único índice. Segundo Fusco (2003), essa alternativa permite a definição do status de pobreza para indivíduos que são considerados pobres em algumas dimensões estudadas, mas não em todas. A operacionalização da mensuração da pobreza por conjuntos *fuzzy* consiste em três etapas. Primeiro, escolhe-se o espaço adequado de avaliação do bem-estar. Segundo, escolhe-se a lista de capacidades, conforme definidas por Sen, cada qual com seus respectivos indicadores de bem-estar. Terceiro, escolhe-se um método para agregar indicadores para cada dimensão, isto é, para cada capacidade, e se junta as dimensões em um único indicador de bem-estar.

De acordo com Barros *et al.* (2006), a construção de medidas de pobreza multidimensional é uma tarefa que envolve sete passos. Primeiro, deve-se selecionar as dimensões de bem-estar relevantes. Para cada uma dessas dimensões, devem-se escolher indicadores quantitativos, seguindo uma estratégia empírica e pragmática, de acordo com a disponibilidade e confiabilidade de dados e de informações. Segundo, devem-se utilizar os indicadores adotados para a construção de um indicador escalar de bem-estar, com o objetivo de garantir uma única ordenação das diferentes situações sociais possíveis, de acordo com as dimensões selecionadas para a modelagem do bem-estar. Terceiro, a agregação de diferentes indicadores associados a diferentes dimensões envolve uma atribuição de pesos a cada um deles, os quais devem ser um reflexo das preferências da sociedade estudada em relação às próprias dimensões de seu bem-estar. Nesse ponto, um desafio fundamental da análise multidimensional da pobreza consiste em pesquisar e identificar essas preferências sociais. Quarto, as medidas individuais de pobreza são agregadas em um indicador social, como, por exemplo, pela média. Isto é, a pobreza de uma população pode ser mensurada pela média da pobreza de cada um de seus integrantes, para cada dimensão. Quinto, as diferentes dimensões escolhidas de bem-estar são agregadas em um único indicador sintético escalar para toda a população. Sexto, para cada dimensão é definida uma linha de pobreza, isto é, um nível mínimo de bem-estar abaixo do qual o agente observado é considerado pobre. A metodologia de cálculo das linhas de pobreza exige que se obtenha resposta para duas perguntas básicas. Em primeiro lugar, sobre quais indivíduos são pobres, pela comparação de seus indicadores de bem-estar com as linhas estabelecidas. Em segundo lugar, sobre qual é a intensidade da pobreza de cada agente. Para responder a essa última pergunta, os autores apresentam o sétimo passo da construção de indicadores de pobreza multidimensional, isto é, a mensuração do grau de pobreza de cada indivíduo pela sua distância às linhas de pobreza definidas para cada dimensão de bem-estar.

Thorbecke (2005) aponta uma série de problemas em relação à estimação do bem-estar social a partir dos novos índices, e a sua correção segue como uma importante linha de pesquisa futura. Em primeiro lugar, os índices multidimensionais são desenvolvidos a partir do conceito de Amartya Sen sobre as capacidades individuais dos agentes, e por isso podem conter parâmetros não-tangíveis para a mensuração, tais como a exclusão social e a opressão política e cultural. Em segundo lugar, mesmo nos parâmetros tangíveis incluídos nos índices, existem diferenças de ordem regional, ou entre sub-grupos de indivíduos na população, em termos de valores. E ainda, as estimações de pobreza são sensíveis aos métodos utilizados para contornar esses problemas.

Outra crítica à mensuração da pobreza com indicadores multidimensionais é que, mesmo que exista um consenso de que a pobreza seja um fenômeno multidimensional, também é um consenso entre os pesquisadores que o poder de compra é uma dimensão fundamental para sua

definição. Todavia, nas demais dimensões a serem consideradas nesses indicadores, há muito mais arbitrariedade na escolha dos indicadores para mensuração. Outro problema é que indicadores multidimensionais são pouco esclarecedores em termos de política, pois muitas dimensões não são comparáveis em termos de medidas. Por essas razões, a discussão atual sobre implementação, monitoramento e avaliação de políticas sociais tem um caráter multidisciplinar, porém não sintetizador. Em estudos recentes, há uma preocupação cada vez maior com a causalidade entre as dimensões, em detrimento de correlações geradas por métodos multivariados.

Schwartzman (2007) critica uma tendência que há em estudos empíricos sobre a pobreza multidimensional, que é de estabelecer relações entre o bem-estar médio de grupos populacionais e sua cultura. Muitos estudos levantam a tese de que muitas situações de pobreza decorrem de determinadas preferências culturais da população, de modo que os problemas sociais acabam vistos como insolúveis. Schwartzman argumenta que, embora haja correlações, a cultura da pobreza não é uma característica intrínseca da população pobre.

Os modelos microeconômicos que descrevem a pobreza e a mobilidade social, seja os modelos dinâmicos, os de ciclos, ou os de vulnerabilidade, são estimados empiricamente de maneira semelhante aos índices anteriormente apresentados. Nesses modelos, o bem-estar é mensurado em dois passos. Primeiro, estabelece-se um indicador-padrão para a mensuração do seu comportamento (por exemplo, uma linha de pobreza, ou alguma forma de IDH). Segundo, estima-se a probabilidade de um agente estar abaixo do padrão definido pelo indicador escolhido, pensando em termos da alocação intertemporal de seus recursos e de suas decisões de consumo, pela estimação dos componentes da restrição orçamentária e da função de consumo do agente representativo.

Considerações Finais

O presente trabalho procurou apontar a tendência recente dentro do debate teórico e metodológico sobre a Economia da Pobreza, assim como apresentar alternativas à mensuração empírica dessa temática. Como visto, os métodos de mensuração estão fundamentalmente orientados pelas vertentes teóricas de bem-estar social que definem a problemática da pobreza. Os trabalhos empíricos que partem do conceito de pobreza como privação de renda tendem a seguir a metodologia das linhas de pobreza, que podem ser definidas por diferentes critérios, tais como o volume de renda necessário para cobrir as necessidades familiares com alimentação, ou com uma determinada cesta de consumo que reflète as necessidades familiares básicas (*basic needs*) etc. Por outro lado, os estudos mais abrangentes sobre a situação de privação, que buscam abranger a pobreza em suas dimensões econômica, política e social, tendem a seguir o critério da pobreza multidimensional, agregando e ponderando diversos indicadores de bem-estar em um único índice.

A bibliografia aponta vantagens e desvantagens entre os diversos critérios de mensuração da pobreza, mas não definir conclusivamente quais são os dominantes no debate recente, e tampouco indica alguma tendência nesse sentido. Isto é, não há um consenso sobre qual é o melhor critério para se mensurar a pobreza. Todos os métodos já utilizados apresentam vantagens e limitações. Portanto, a escolha de determinada metodologia para a abordagem empírica da pobreza depende fundamentalmente da disponibilidade e abrangência dos dados utilizados, e da natureza e dos objetivos de cada estudo empírico nessa área, como por exemplo, se focam o bem-estar em uma única população ou se procuram realizar comparações entre populações, ou então se procuram observar a pobreza em um ponto no tempo ou a sua evolução ao longo do tempo.

Os critérios baseados na definição de linhas de pobreza com base em patamares mínimos de renda ou de consumo são baseados em critérios quantitativos já consolidados na pesquisa. Contudo, sabe-se que ambas as magnitudes – renda e consumo – não captam todas as dimensões do bem-estar humano. Além disso, nem sempre é possível mensurar todas as dotações de todas as pessoas de uma população, já que, principalmente nas sociedades consideradas mais pobres, é comum a produção para o autoconsumo, ou mesmo resquícios de economias de escambo.

Os critérios multidimensionais são considerados mais completos, por incluir indicadores econômicos, sociais e demográficos, como também, às vezes, políticos e culturais, e por isso são

considerados mais realistas no que diz respeito à observação do bem-estar social. Contudo, conforme Thorbecke (2005) ressaltou, essa metodologia tem três problemas que lhes são inerentes. Primeiro, os indicadores multidimensionais de bem-estar baseiam-se, muitas vezes, em critérios intangíveis sobre a qualidade de vida, como as liberdades sociais, políticas e culturais de uma população, o que torna a estimação quantitativa mais difícil, e dependente de *proxies* e variáveis latentes. Segundo, a definição de funções de bem-estar social que agregam diversas variáveis sempre acarreta algum grau de arbitrariedade. Terceiro, essa metodologia dá ênfase na agregação de dados e variáveis, para fins de comparação entre populações. Contudo, pode haver subgrupos com comportamentos distintos dentro de uma mesma população, o que traz heteroscedasticidade para os estimadores de bem-estar.

Por fim, cabe destacar que, apesar de todas as críticas feitas, a abordagem das linhas de pobreza apresenta uma série de vantagens em relação aos indicadores multidimensionais até recentemente desenvolvidos. Em primeiro lugar, as linhas de pobreza, ainda que mensurem apenas uma dimensão do bem-estar social, são de fácil operacionalização, o que facilita o acompanhamento da evolução das condições de vida de uma população ao longo de períodos de tempo. Além disso, por utilizar na maior parte das vezes metodologias já difundidas entre os pesquisadores, os estudos baseados em linhas de pobreza permitem um melhor diálogo dentro da bibliografia, facilitando a inferência de conclusões tomadas a partir da evolução das pesquisas nesse campo. Por fim, os próprios indicadores de renda das populações são construídos com base em critérios mais difundidos e intelectualmente aceitos do que muitos dos indicadores de saúde, Educação e de infraestrutura domiciliar necessários para a construção de indicadores multidimensionais de bem-estar, o que favorece estudos comparativos de diferentes populações, avaliadas por diferentes bases de dados. Por esses motivos, os estudos empíricos baseados em linhas de pobreza são mais comuns nos dias atuais, apesar de todas as suas limitações de cunho teórico-intelectual.

Referências Bibliográficas

- BARROS, R. P., CARVALHO, M.; FRANCO, S. **Pobreza Multidimensional no Brasil**. Texto para Discussão n. 1227, IPEA. 2006.
- BAULCH, B.; HODDINOTT, J. Economic Mobility and Poverty Dynamics in Developing Countries. **Journal of Development Studies** vol. 36 n. 6. 2000.
- CASTEL, R. **As Metamorfoses da questão social** – uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CHAKRAVARTY, S. R. A generalized human development index. **Review of Development Economics** v.7 n.1. 2003.
- CODES, A. L. M. **A trajetória do pensamento científico sobre pobreza**: em direção a uma visão complexa. Texto para Discussão n. 1332, IPEA. 2008.
- COSTA, B. L. D.; CARNEIRO, C. B. L. **implicações do enfoque da exclusão social sobre as políticas públicas**: desafios para o desempenho governamental. Escola de Governo da Fundação João Pinheiro, Texto para Discussão n. 08. 2004.
- CUNHA, F.; HECKMAN, J. A New Framework for the Analysis of Inequality. **Macroeconomic dynamics** v.12 n.S2: 315-354. 2008.
- DEATON, A. **Measuring Poverty**. Research Program in Development Studies, Princeton University. 2004.
- FELDSTEIN, M. **Income Inequality and Poverty**. NBER Working Paper no. W6770, October 1998.

- FOSTER, J., GREER, J.; THORBECKE, E. Notes and Comments a Class of Decomposable Poverty Measures. **Econometrica** vol. 52 n. 3. 1984.
- FRIEDMAN, M. **A Theory of Consumption Function**. NBER General Series n. 63. Princeton University Press, Princeton. 1957.
- FUSCO, A. **On the Definition and Measurement of Poverty: The Contribution of Multidimensional Analysis**. 3rd Conference On The Capability Approach: From Sustainable Development To Sustainable Freedom. University of Pavia. 2003.
- GAFAR, J. Growth, Inequality and Poverty in Selected Caribbean and Latin American Countries, with Emphasis on Guyana. **Journal of Latin American Studies**, vol. 30. 1998.
- GALBRAITH, J. K. **A Natureza da Pobreza das Massas**. Ed. Nova Fronteira. 1979.
- HAGENAARS, A.; DE VOS, K. The Definition and Measurement of Poverty. The **Journal of Human Resources** vol. 23 n. 2. 1988.
- HOFFMANN, R. **Distribuição de Renda – Medidas de Desigualdade e Pobreza**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 1998.
- HULME, D.; SHEPHERD, A. Conceptualizing Chronic Poverty. **World Development** vol. 31, n. 3. 2003.
- KAGEYAMA, A.; HOFFMANN, R. Pobreza no Brasil: Uma Perspectiva Multidimensional. **Economia e Sociedade** v. 15 n. 1. 2006.
- LAVINAS, L. Pobreza e Exclusão: Traduções Regionais de Duas Categorias da Prática. **Econômica** v. 4, n. 1. 2002.
- MENCHER, S. The Problem of Measuring Poverty. **British Journal of Sociology**, vol. 18, n. 1. 1967.
- MILANOVIC, B. **Why We all do Care about Inequality (But Are Loath to Admit It)**. The World Bank Group: Inequality around the World. Preliminary, October 2003.
- MYRDAL, G. The Beam in Our Eyes. 1968. In: ROUCH, J. (Ed.). **Poverty – Selected Readings**. London: Penguin Books, 1972.
- ROCHA, S. **Opções Metodológicas para a Estimção de Linhas de Indigência e de Pobreza no Brasil**. IPEA, Texto para Discussão n. 720. 2000.
- ROCHA, S. **Pobreza no Brasil – Afinal, do que se Trata?** Editora FGV. 2003.
- ROEMER, J. **Equality of Opportunity**. Harvard University Press, Cambridge, MA, 1998.
- SCHWARTZMAN, S. **As Causas da Pobreza**. Ed. FGV. 2007.
- SEN, A. Poverty: An Ordinal Approach to Measurement. **Econometrica** vol. 44 n. 2. 1976.
- SEN, A. Issues in the Measurement of Poverty. **Scandinavian Journal of Economics** vol. 81, n. 2. 1979.
- SEN, A. Poor, Relatively Speaking. **Oxford Economic Papers** vol. 35 n. 2. 1983.
- SEN, A. **Desigualdade Reexaminada**. São Paulo, ed. Record. 1992.
- SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. Série Prêmio Nobel, ed. Companhia das Letras. 1999.
- THORBECKE, E. **Multi-Dimensional Poverty: Conceptual and Measurement Issues**. The Many Dimensions of Poverty International Conference, UNDP International Poverty Centre. 2005.
- TOWNSEND, P. **The International Analysis of Poverty**. Hertfordshire: Harvester Wheatsheaf, 1993.

WOLFF, E, ZACHARIAS, A.; CANER, A. Household Wealth, Public Consumption and Economic Well-Being in the United States. **Cambridge Journal of Economics** v. 29. Oxford University Press,. 2005.

WOOD, G. Staying Secure, Staying Poor: The “Faustian Bargain”. **World Development** vol. 31, n. 3. 2003.

WRIGHT, R. E. Standardized Poverty Measurement. **Journal of Economic Studies** vol. 23 n. 4. 1996.

Recebido em 24.09.2010

Aprovado em 01.07.2011